DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**BRASIL**

**Prevenção da Violência Juvenil no Estado do Rio Grande Do Sul: Gerando Oportunidades e Protegendo Direitos dos Jovens - POD**

**(BR-L1343)**

**Plano de Monitoramento e Avaliação**

Este documento foi preparado por: Guilherme Luis Sedlacek (SPD/SDV); Dino Caprirolo (IFD/ICS); Luana M. Garcia (SCL/GDI) e Melissa Gonzalez (IFD/ICS).

CONTEÚDO

I. INTRODUÇÃO

II. MONITORAMENTO

A. COLETA DE DATOS E INSTRUMENTOS

B. APRESENTACÃO DO RELATORIO

C. COORDENAÇÃO, PLANO DE TRABALHO E ORÇAMENTO PARA O MONITORAMENTO

III. MONITORAMENTO E EVALIAÇÃO

IV. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS

A. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ESPERADOS

B. AVALIAÇAO DOS RESULTADOS ESPERADOS

C. MATRIZ DE PRODUTOS A SEREM MONITORADOS

APENDICE A

APENDICE B

1. **INTRODUÇÃO**
   1. Este documento detalha os acordo e regras para os sistemas de monitoramento e avaliação, que incorporam os sistemas e várias metodologias para cumprir os objectivos dos mesmos. A responsabilidade pelo cumprimento destas disposições será da Agência Executora (OE), através do Coordenador do Escritório de Projeto (PO) da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, apoiado pelo Especialista em Monitoramento e Avaliação (EMA).
   2. O plano de avaliação seguinte detalha metodologias específicas para monitorar e avaliar os componentes do programa, tendo em conta a disponibilidade de dados, assim como o processo de implementação das intervenções. Os estudos propostos são baseados em metodologias de análise retrospectiva (antes e depois) e técnicas quase-experimentais, tais como diferenças duplas e técnicas de estatístical matching. Também se ha previsto realizar uma avaliação econômica ex post do programa seguindo a mesma metodologia utilizada para a avaliação ex-ante (ver anexo avaliação econômica). Em termos de fontes de informação, as avaliações são baseadas principalmente em dados administrativos e pesquisas de campo, muitos dos quais serão coletadas pelos sistemas de informação financiados pelo empréstimo.
   3. As avaliações identificadas procuram utilizar ao máximo o banco de dados do sistema integrado de dados de ocorrências de CeV; da Pesquisa de Vitimização e Percepção da Segurança Pública, bem como a Pesquisa dos indivíduos que participaram das Consultas Communitarias.
   4. Este documento detalha as regras para o monitoramento e avaliação do projeto, que incorporam os sistemas e várias metodologias para cumprir os objectivos dos mesmos. A responsabilidade pelo cumprimento destas disposições será a Agência Executora (OE), através do Coordenador do Escritório de Projeto (PO) da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, apoiado pelo Especialista em Monitoramento e Avaliacao (EME).
   5. O objectivo geral do programa é contribuir a reduzir as taxas de crimes violentos de jovens entre 15 e 24 anos de idade, nas cidades de Alvorada, Porto Alegre e Viamão no RS através de uma abordagem integrada de fatores de risco, e focalização geográfica e de base demográfica das intervenções. Os objetivos específicos são: i) melhorar a inserção de adolescentes e jovens em situação de risco no sistema de ensino e ao mercado de trabalho, ii) aumentar a eficácia da polícia, a nível local, iii) reduzir a taxa de reincidência de jovens em conflito com a lei, e iv) melhorar a coordenação dos serviços de prevenção e controle do crime para a faixa etária de maior risco.
2. **MONITORAMENTO**
   1. **Monitoramento pelo OE.** Para acompanhar o programa a OE utilizará os seguintes documentos: (i) a Matriz de Resultados (MR), (ii) o Plano de Implementação do Programa (PEP), (​​iii) o presente Plano de Monitoramento e Avaliação (PME) (iv) orçamento detalhado (v) a Matriz de Gestão de Risco (vi) o Plano de Desembolso do Programa, e (vii) o Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR). O Especialista em Monitoramento e Avaliação (SCS) elaborará relatórios semestrais de progresso e revisão pelo Banco. O Mutuário se compromete a usar a matriz de resultados e as atividades definidas no Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR) como os principais elementos para o acompanhamento da operação.
   2. **Monitoramento pelo Banco.** O Banco irá realizar missões de Administração ou visitas de inspeção, dependendo da importância e complexidade da execução do programa, de acordo com o cronograma definido no PEP. Além disso, o Banco utilizará o PMR, que inclui a estimativa temporal de gastos e cumprimento das metas físicas e resultados, e um mecanismo para avaliar o desempenho do programa.
   3. Os conteúdos principais e as características de cada um dos instrumentos listados acima estão descritos a seguir
3. Matriz de Resultados (MR): é apresentada como parte da Proposta de Desenvolvimento da Operação (DOP), centra-se em: i) produtos; ii) resultados de cada componente; e iii) os impactos do programa. A MR é uma ferramenta fundamental para orientar planejamento, monitoramento e avaliação do programa.
4. Plano de Implementação do Programa (PEP): apresenta a listas das contratações e das actividades a serem realizadas durante a operação. O PEP especifica os montantes e tempos nos quais estarão disponíveis cada um dos produtos e atividades alem de indicar as rotas críticas para alcançar cada um dos produtos.
5. Plano de Monitoramento e Avaliação: descreve os instrumentos, orçamento e responsáveis pelo monitoramento das ações a serem implementadas no Programa, alem de acompanhar a medição dos resultados e impactos.
6. Orçamento Detalhado (PD): é o principal instrumento para o planejamento das atividades do projeto para cada ano. O PD deverão ser apresentados a cada 30 de novembro a implementar o ano civil seguinte. Deve incluir: i) o orçamento estimado, ii) os produtos esperados para os indicadores da matriz de resultados, iii) as atividades planejadas e iv) o cronograma de execução.
7. Matriz de Gerenciamento de Riscos do Programa (MGR): lista e classifica os riscos identificados para a implementação do Programa. Define as medidas de mitigação para cada um deles e seus respectivos indicadores de monitoramento
8. Plano de Desembolso do Programa (PDP): lista as contratacões e seus respectivos montantes a serem realizadas a cada ano. O PDP deve incluir os termos de referência de todos os serviços a serem adquiridos e as especificações técnicas para fazer aquisições. O PDP é apresentado anualmente em conjunto com o PD
9. Relatório de Monitoramento do Programa (PMR): inclui a estimativa temporal de gastos e cumprimento das metas físicas e resultados, e é um mecanismo para avaliar o desempenho do programa.
10. Termos de Referência das consultorias do Programa (TDR): detalhamento dos objetivos, as atividades e dos custos básicos de cada consultorias dentro do programa.
11. Missões Administração e Visitas de Inspeção: O Banco executa missões de administração ou visitas de inspeçao, dependendo da importância e da complexidade do projeto, de acordo com o cronograma definido no PEP.

#### Coleta de datos e instrumentos

* 1. O Especialista em Monitoramento e Avaliação (EMA) vai prepara um plano de monitoreamento que irá detalhar as fontes da informações, dados, indicadores, estatísticas e metodologia a ser utilizada para acompanhar cada uma das actividades do programa. Também preparará os relatórios de progresso semestrais para revisão pelo Banco.
  2. Asimismo, el EME, com el apoio da OP e dos gerentes de produto[[1]](#footnote-1), asegurará que os instrumentos e dados necessários para efetuar o seguimento estão disponiveis de forma a que este se poda realizar sem contratempos.
  3. O EMA, com o apoio dos gestores de OP e do produto, irá garantir que as ferramentas e os dados necessários para fazer o acompahamento e controle das actividades do Programa estejam disponiveis
  4. Todas as informações relevantes para alcançar uma plena compreensão das actividades de acompanhamento, estão definidas nos documentos referidos no ponto 2.3

#### Apresentacão do relatorio

* 1. Os mecanismos e instrumentos a serem utilizados para informar sobre os resultados do monitoramento do Programa será a principal fonte de informação para o PMR.

#### Coordenação, plano de trabalho e orçamento para o monitoramento

* 1. O Banco usará o PMR que coleta a estimativa temporal dos gastos e das expectativas da obtenção das metas físicas e resultados, e um mecanismo para avaliar o desempenho do programa.
  2. Os prazos para o monitoramento, o orçamento atribuído a cada uma das principais atividades e a fonte de financiamento estão no Plano de Implementação do Programa (PEP), no Plano de Desembolsos do Programa (PDP) e no Relatório de Monitoramento do Progresso do Programa (PMR). Além disso, há recursos adicionais para o monitoramento dentro da rúbrica de administração da operacao.

**Orçamento previsto para o Monitoramento e Avaliação**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Atividade** | **Responsável** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **BID** |
| **Monitoramento e Avaliação** |  | | | | | | |
| *Consultorias para o monitoramento, avaliações de impacto, avaliação econômica ex-post e realização de duas pesquisas de vitimização, bem como uma avaliação intermediaria e uma avaliação final* | *Especialista em Monitoramento e Avaliação (OP; SJDH-RS)* | *174000* | *74.000* | *84.000* | *74.000* | *244.000* | *650.000* |
| *Eventos e seminários de avaliação e disseminação de melhores práticas* | *Coordenador Geral OP* | *80.000* | *80.000* | *80.000* | *80.000* | *80.000* | *400.000* |
| *Total M&A* |  | **254.000** | **154.000** | **164.000** | **154.000** | **324.00** | **1.050.000** |

1. **MONITORAMENTO E EVALIAÇÃO**
   1. O Banco irá desenvolver um Relatório de Conclusão do Programa (PCR). Este relatório será apresentado 90 dias após a conclusão do último desembolso e será baseado em relatórios de progresso semestrais e no Marco de Resultados, nas Demonstrações Financeiras Auditadas (EFAs), nos relatórios das avaliações intermediaria e final, e nos resultados dos eventos e seminarios de avaliação e pesquisas de vitimização contemplados.
   2. Além desses documentos de avaliação do programa, haverá uma **avaliação intermediaria**, após dois anos e meio da entrada em vigor do Contrato de Empréstimo ou quando tenha-se gasto 50% do montante do empréstimo, o que ocorrer primeiro; e uma **avaliação final** quando o período de desembolso original esteja concluído ou o Programa tenha comprometido 90% do montante do empréstimo, o que ocorrer primeiro. Estas avaliações serão independentes, de acordo com os TORs acordado com o Banco, e financiado com recursos do Programa. Além disso, o Banco irá realizar uma avaliação ex-post ou de impacto, pelo menos, um ano após a conclusão do período de desembolsos.
   3. Finalmente, desde o início, o Programa terá um **Especialista em Monitoramento e Avaliação** **(EMA)** que reportará diretamente ao Coordenador Geral da OP e será responsável por apoiar a implementação de todas as atividades planejadas, de acordo com o PEP e o POA, por identificar possíveis desvios a partir de um sistema concebido e implementado para esta finalidade e por manter o coordenador informado da execução da operação.
2. **AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS**

#### Avaliação de Impactos Esperados

* 1. **Impacto Esperado.** Contribuir a reduzir os índices de criminalidade violenta de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada, Porto Alegre e Viamão no RS.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de impacto | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| 1. Homicídios de jovens de 15 a 24 anos em ALV-POA-VIA | Taxa anual pcmh | Ministério de Saúde: Datasus.  Ministério de Justiça: Sistema Nacional  de Informação de Segurança pública (SINESP) |
| 2. Homicídios cometidos por jovens de 15 a 24 anos em ALV-POA-VIA | Porcentagem em relação ao número total de homicídios com autoria esclarecida | SSP-RS através de informes de DEC/DGEO |
| 3. Roubos cometidos por jovens de 15 a 24 anos em ALV-POA-VIA | Porcentagem | SSP-RS através de informes de DEC/DGEO |

* 1. Considerando o fato de que arranjos experimentais não são viáveis, optamos pela utilização de estimadores de pareamento seguido do cálculo de diferença-em-diferenças (ou *difference-in-*differences *matching estimators*). A avaliação de impacto de intervenções de políticas públicas utiliza, frequentemente, o cálculo de diferença-em-diferenças. Supondo que a intervenção (ou o tratamento) cause algum efeito sobre a variável de interesse, o objetivo é estimar a parcela desse efeito que possa ser atribuído exclusivamente à intervenção. Como dispomos de um arranjo não experimental, em que as unidades tratadas e as unidades de controle não são selecionadas aleatoriamente, torna-se necessário pareá-las, com base em características observáveis, a fim de estimar os efeitos da intervenção. A vantagem em utilizar, previamente, o processo de pareamento é que se torna possível aproximar o arranjo não experimental do presente programa de um arranjo experimental, através da construção de um grupo de controle artificial.
  2. **Metodologia** O objetivo desta seção é descrever a metodologia que utilizaremos para avaliar, *ex post*, o impacto de intervenções não experimentais em políticas de segurança pública nos três municípios-alvo do Estado do Rio Grande do Sul: Alvorada, Porto Alegre e Viamão. As unidades de controle são, potencialmente, os 493 demais municípios do Estado que não sofrerão a intervenção.
  3. Primeiramente, devemos assumir que a seleção dos municípios que serão alvo das intervenções não é aleatória: considerando os objetivos dos programas de combate à criminalidade propostos, é plausível assumir que os municípios foram selecionados com base nos níveis correntes (e/ou recentes) de criminalidade e em outras variáveis de interesse, como, por exemplo, a população habitante. Analisemos a tabela 1, a seguir, que lista os municípios do Estado com maiores taxas de homicídio entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, grupo-alvo do programa proposto.

**Tabela 1: Os trinta municípios do Estado do Rio Grande do Sul com**

**maiores taxas de homicídios por 100.000 habitantes - jovens de 15 a 24 anos**

****

Nota: as taxas de homicídio foram calculadas com base em dados do SIM/Ministério da Saúde e

em dados populacionais do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

* 1. Ao avaliarmos os dados apresentados na tabela 1, podemos assumir que a seleção dos municípios foi baseada não apenas na taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos de idade, mas também na taxa de homicídios da população em geral e no número de habitantes. Se analisarmos os 30 municípios mais violentos21 do Estado (considerando a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos), além dos três municípios selecionados, apenas outros três poderiam ser considerados alvos potenciais da presente intervenção: Guaíba, Tramandaí e Canoas. Chegamos a essa conclusão baseados no fato de que esses municípios também possuem elevadíssimas taxas de homicídios no grupo-alvo do programa – jovens de 15 a 24 anos – elevadas taxas de homicídio na população como um todo, e população habitante expressiva. Adicionalmente, os municípios de Canoas e Guaíba também fazem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, como pode ser visualizado no Mapa 1.

**Mapa 1: Região Metropolitana de Porto Alegre**

****

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/UFRJ-FASE.

* 1. A partir da conclusão de que a probabilidade de participação de um dado município nos programas propostos depende da taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos de idade, da taxa de homicídios para a população e de outras variáveis socioeconômicas e demográficas (em nossa análise preliminar, utilizamos apenas o dado sobre população habitante), partimos para a estimação dessa probabilidade (ou escore de propensão, do termo original em inglês *propensity score*), condicionada a essas variáveis22, através de um modelo *probit*. Após a estimação da probabilidade de participação nas intervenções propostas, selecionamos o grupo de controle, buscando minimizar a diferença entre a probabilidade de participação dos municípios que sofreram a intervenção e dos municípios que não sofreram a intervenção. Para isso, procedemos com o 22 As variáveis socioeconômicas e demográficas são obtidas junto ao Censo Demográfico de 2010 e ao Perfil dos Municípios Brasileiros de 2009, ambos publicados pelo IBGE. As variáveis utilizadas são descritas no apêndice II. processo de pareamento. Após o pareamento, estimamos o impacto da intervenção através do cálculo da diferença-em-diferenças.
  2. A utilização da presente metodologia, que realiza o pareamento por escore de propensão, seguida pela estimação de impacto através do cálculo de diferença-em-diferenças, apresenta diversas vantagens, melhorando a qualidade dos resultados da avaliação não experimental significativamente (Blundell e Costa Dias, 2000). Primeiramente, a opção pela utilização do escore de propensão evita o problema da dimensionalidade, presente caso optássemos por utilizar diversas características observáveis no processo de pareamento. Adicionalmente, sua utilização, associada ao cálculo da diferença-em-diferenças, reduz potencialmente o viés na estimativa do impacto das intervenções, advindo da utilização dos municípios não tratados como contrafactual dos municípios tratados. Segundo Heckman et al. (1998), a utilização de grupos de comparação não experimentais para estimação de impacto de intervenções gera viés. Este viés pode ser decomposto em três componentes: o causado por diferenças nos suportes dos regressores entre tratados e membros do grupo de comparação (as amostras de tratados e não tratados podem não ter sobreposição da função de densidade condicional de X, de acordo Peixoto, 2008); o causado por diferenças na forma das distribuições dos regressores nos dois grupos, na região de suporte comum; e o causado por características não observáveis dos tratados e não tratados.
  3. A utilização do pareamento por escore de propensão reduz o viés proveniente dos dois primeiros componentes identificados por Heckman et al. (1998): o causado pela falta de suporte comum e o causado por diferenças na distribuição dos atributos observáveis. Ao estimar o impacto da intervenção utilizando a metodologia de diferença-em-diferenças, o viés causado por características não observáveis é controlado (desde que assumamos que a diferença entre as características não observáveis dos grupos de tratamento e controle não varia no tempo). Podemos concluir, portanto, que a metodologia proposta é adequada aos objetivos do presente estudo, de estimar de maneira rigorosa e precisa o impacto dos programas de segurança pública em avaliação sobre os indicadores de criminalidade.
  4. **Seleção do grupo de controle: cálculo do escore de propensão e pareamento.** A fim de calcularmos o escore de propensão, estimaremos um modelo *probit* condicionado à taxa de homicídios por cem mil habitantes entre os jovens de 15 a 24 anos, à taxa de homicídios da população como um todo, e às características socioeconômicas e demográficas. Após a estimativa do escore de propensão, estaremos aptos a selecionar o grupo de comparação adequado, utilizando estimadores de pareamento pelo vizinho mais próximo, com reposição. Vale destacar, neste momento, que as unidades não tratadas que não forem pareadas às unidades tratadas serão descartadas.
  5. Um problema em utilizarmos a metodologia aqui proposta reside no número de municípios tratados, de apenas três no presente programa. Como forma de contornar esse problema técnico, optamos por utilizar como unidade de observação os setores censitários, ao invés dos municípios. Considerando todos os setores censitários dos municípios de Alvorada (273), Porto Alegre (2407) e Viamão (342) como tratados, teremos 3022 unidades tratadas e, potencialmente, 19706 unidades de comparação23. Ao contornar o problema do pequeno número de municípios tratados pela intervenção, enriquecemos significativamente a análise do programa. Com a possibilidade de estimar os impactos das intervenções por setor censitário, a avaliação se torna muito mais rica, pois será possível avaliar o impacto das intervenções em unidades espaciais menores, fornecendo mais subsídios aos gestores públicos quando do planejamento de intervenções futuras.
  6. **O estimador de diferença-em-diferenças** O termo diferença-em-diferenças deriva justamente de como é estimado o efeito do tratamento, através do cálculo da diferença entre o resultado da variável de interesse entre tratados e não tratados, pré e pós-intervenção. É importante, entretanto, ressaltarmos que essa metodologia tem limitações. A eventual existência de outros fatores que alterem a variável de interesse entre os períodos pré e pós-intervenção será também atribuída ao tratamento, invalidando ou enviesando as estimativas.
  7. Considerando que não existem outras políticas de combate à criminalidade em implantação no Estado do Rio Grande do Sul, e que especificidades dos municípios e dos setores censitários são captadas pelas covariadas e pelos efeitos fixos incluídos na especificação, acreditamos que o estimador de diferença-em-diferenças represente uma boa medida do efeito das políticas de segurança pública implantadas nos municípios-alvo.
  8. **Avaliaçao dos Resultados Esperados**
  9. **RESULTADO ESPERADO 1**: Melhoraa prevenção social do delito e aumenta a reinserção dos jóvens no sistema educativo e no mercado de trabajo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| R.1.1 Jovens de 15 a 24 anos sem ciclo básico de educação concluído nos territórios do Programa ALV-POA-VIA | Porcentagem | SJDH. Pesquisa de vitimização |
| R.1.2Taxa de abandono escolar no ensino médio ALV-POA-VIA | Porcentagem | Indicadores de MEC/INEP |
| R.1.3 Taxa de desemprego juvenil 15-24 anos ALV-POA- VIA | Taxa anual | IBGE |

**RESULTADOS INTERMEDIARIOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| I.1.1 Jovens cursando o ciclo médio nos territórios do programa que não abandonam a escola | Numero | SJDH |
| I.1.2 Jovens que completam o ciclo básico de educação através do Programa de aceleração (alfabetização) | Numero | SJDH |
| I.1.3 Jovens das comunidades do Programa que completam sua primeira experiência de trabalho formal. | Numero | SJDH |

* 1. Propõe-se avaliar os resultados alcançados pelo projeto através do método de diferenças-em-diferenças. Como discutido anteriormente, Centros POD da Juventude serão construídos em seis comunidades do programa, equipados e implementando uma oferta de serviços socioeducativos, de formação para o trabalho e cultura, esportes e recriação para jovens de 15 a 24 anos de idade.
  2. Para avaliar este componente se realizarão Pesquisas Domiciliares nas comunidades tratadas pelo programa como também em comunidades comparáveis, porém não tratadas. Estas pesquisas serão realizadas tanto antes do início do projeto como também ao final do projeto; e serão elaboradas para incluir os elementos mais relevantes de Pesquisas de Vitimização e Percepção Segurança Pública. Dimensões para serem consideradas na Pesquisa de Vitimização podem ser encontradas no Apendice A.
  3. Estas pesquisas visam também detalhar o perfil dos riscos e desafios enfrentados pelas comunidades, os jovens alvos do projeto, como também suas famílias. A disponibilidade desta informação e analise é tida como crítica para facilitar a gestão do projeto e assistir aos executores na identificação do público alvo e executar o projeto.

**RESULTADO ESPERADO 2**: Melhora a efetividade da polícia no âmbito local

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| R.2.1. Homicídios esclarecidos depois de um ano e enviado ao MP em ALV-POA-VIA | Taxa anual | Ministério de Saúde :Datasus SSP-RS através de informes de DEC/DGEO |
| R.2.2. Casos de homicídios encaminhados pela Policia ao MP e denunciados (não arquivados) em ALV-POA-VIA | Taxa anual | Diagnóstico da Investigação de homicídios no Brasil 2012. Ministério de Justiça. SSP-RS através de informes do DEC/DGEO. Ministério de Saúde :Datasus |
| R.2.3 Registros de roubo em que a autoria é identificada em um ano e que foram enviados ao MP em ALV-POA-VIA | Taxa anual | SSP-RS através de informes do DEC/DGEO |

* 1. Propõe-se avaliar os resultados alcançados pelo projeto relativo à efetividade da Polícia como parte da estratégia de diferenças-em-diferenças proposta acima para a e avaliação dos impactos dos projeto (veja seção Avaliação ex-post dos impactos esperados).

**RESULTADO INTERMEDIARIO 2**: Melhora a efetividade da polícia no âmbito local

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| I.2.1. Cumprimento das recomendações identificadas nas Reuniões Comunitárias sobre o desempenho da polícia. | Atas Mensais | OP-SJDH |

* 1. Propõe-se avaliar o impacto da efetividade da Polícia Comunitária através de múltiplas estratégias:

1. Primeiramente, e como parte da Pesquisa Domiciliar de Vitimização, coletaremos dados relativos a incidência de roubos e nas comunidades tratadas e não tratadas pelo projeto, coletaremos simultaneamente dados relativos a probabilidade de que o jovem vitima de roubo tenham reportado o crime à Polícia. Este indicador visará medir a efetividade da Polícia Comunitária em aumentar a taxas de roubos que foram reportados a delegacia local. A metodológica será de diferenças-em-diferenças.
2. Segundo, analisaremos as Atas das Reuniões Comunitárias com o intuito de verificar e comprovar o objetivo do estabelecimento da Polícia Comunitária de possibilitar oportunidades a comunidade de influenciar a gestão da Polícia ao nível local. A metodologia proposta será de comparação de antes com depois.
3. Por último, realizar pesquisas com uma amostra das comunidades em que a Polícia Comunitária foi implantada. O propósito da pesquisa seria avaliar a efetividade das Reuniões Comunitárias Mensais. O propósito será entrevistar os participantes nas Reuniões Comunitárias mensais. A metodologia proposta será de comparação de antes com depois. Dimensões para serem consideradas na avaliação dos participantes nas consultas comunitárias podem ser encontradas no Apêndice B.

**RESULTADO ESPERADO 3**: Melhorar a eficácia do processo de ressocialização dos adolescentes infratores .

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| R.3.Taxa de reincidência de adolescentes graduados da FASE. | Taxa anual | FASE |

**RESULTADOS INTERMEDIARIOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores | Unidades de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| I.3.1 Jovens de 15 a 21 anos que estiveram na FASE pelo menos 1 ano e completaram o ciclo básico de educação | Porcentagem | FASE |
| I.3.2 Jovens de 15 a 21 anos que estiveram na FASE e completaram o curso de capacitação de jovem aprendiz | Porcentagem | FASE |

* 1. Propõe-se avaliar o impacto do projeto na eficácia do processo de ressocialização dos adolescentes infratores medindo a taxa de reincidência dos jovens infratores que saíram da FASE (e, por conseguinte, teriam cumpriram seu mandato judicial de internação) e que posteriormente retornaram a FASE (como parte do mandato de internação de uma nova infração penal). A informação necessária para a análise será provenientes dos sistemas de estatísticas internas dos institutos FASE. A metodologia da avaliação será de diferenças de antes do projeto comparada com depois.

**RESULTADO ESPERADO 4**: Melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário de maior risco

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores de Resultado | Unidades de medida | Fuente/ Médio de verificação |
|
| R.4 SJDH formula politicas públicas de prevenção a violência juvenil baseadas em evidência empírica contextualizada. | Número | SJDH, Proposta de politicas baseadas em  informação gerada pelo sistema de informação de boa qualidade e em estudos de impacto e efetividade. |

**RESULTADOS INTERMEDIARIOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicadores | Unidade de medida | Fonte/ Meio de verificação |
|
| I.4.1 Informação sobre as ocorrências de CeV e serviços de prevenção para jovens integrados no nível dos territórios | Sistema | SJDH |

* 1. Propõe-se avaliar o impacto do projeto analisando os estudos de política preparados pela Unidade Executora durante a implementação do projeto com o intuito de determinar o grau pelo qual estes estudos satisfazem os critérios mínimos de serem baseados em evidências.
  2. Cada um dos relatórios de política serão revisados ​​e os revisores serão convidados a preencher uma avaliação de sua qualidade. Cinco dimensões de qualidade separadas serão utilizadas para determinar se um dado estudo contem:
     1. **Uma Pergunta**: Perguntas explicitam o que é desconhecido. Apesar de um pedido de uma descrição poder, tecnicamente, ser formulado como uma pergunta. Na verdade, a resposta associada fornece apenas informações, deixando ao leitor transformar esta informação em conhecimento.
     2. **Um framework:** O framework explica as possíveis razões por que fenômeno relacionado com a questão pode ocorrer. Ela faz isso delineando determinantes potenciais e identificando suposições.
     3. **Dados:** Os dados são um componente vital para a tomada de decisão baseada em evidências. A evidência pode ser secundária ou primária. A Evidência secundária inclui fatos, estimativas e resultados a partir de fontes secundárias na literatura. Os dados primários vêm de fontes como pesquisas, experimentos aleatórios, sistemas de informação, contas nacionais, etc.. Dados podem ser tanto qualitativos e quantitativos.
     4. **Uma metodologia baseada em evidência:** Estudos baseados em evidências têm uma metodologia que utiliza dados para responder a pergunta, e, portanto, fornece uma descrição clara da abordagem que pode ser replicado por outros pesquisadores. Existem muitas metodologias e, dependendo da questão, do framework e dados, algumas são mais apropriadas que outras.
     5. **Implicações de políticas**: Uma política defende um curso ou método de ação selecionada entre alternativas e à luz das condições dadas para orientar e determinar as decisões presentes e futuras.
  3. Cada estudo será avaliado de cada uma das cinco dimensões e receberá em cada uma das dimensões um grau entre 1 e 5 (1 baixa e 5 alta.) A metodologia da avaliação será de diferenças entre antes do projeto comparada com depois. Antes do projeto verifica-se que os estudos de política não eram baseados em evidencia e o objetivo de projeto é que todos tenham evoluído para serem baseados em evidencia.
  4. **Matriz de Produtos a serem Monitorados**

| Produto | Unidade de medida | Linha de base | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Meta | Fonte |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Componente 1: Prevenção social e situacional da violência** |  | | |  | | | | | |
| * 1. Centros da Juventude POD construídos nas comunidades abrangidas pelo programa, equipados e implantados com uma oferta de serviços sociais e educativos, capacitação para o trabalho e cultura, esporte e lazer para os jovens 15 a 24 anos, e desenvolvimento de um sistema de atração para os jovens | Centros | 0 | 3 | 3 |  |  |  | 6 | OP-SJDH |
| * 1. Professores das escolas nos territórios capacitados em ações destinadas a fomentar a conclusão do ciclo médio escolar. | Professores | 0 | 216 | 216 | 216 | 216 | 216 | 1080 | OP-SJDH |
| * 1. Programa de capacitação de jovens aprendizes e primeira experiência formal de trabalho. | Programas | 0 | 1 | 7 | 7 | 7 | 7 | 29 | OP-SJDH |
| * 1. Programa de aceleração para completar o ciclo básico de educação | Programas | 0 | 1 | 7 | 7 | 7 | 7 | 29 | OP-SJDH |
| * 1. Bolsas para jovens para atuar como promotores nos Centros da Juventude. | Bolsas | 0 | 100 | 600 | 600 | 600 | 600 | 2500 | OP-SJDH |
| * 1. Foros estabelecidos para coordenar e gerenciar as redes sociais de atenção aos jovens de 15 a 24 nos territórios | Foros | 0 | 6 |  |  |  |  | 6 | OP-SJDH |
| * 1. Espaços públicos reformados para permitir acessibilidade a jovens com deficiência física nas comunidades do programa. | Programas | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 6 | OP-SJDH |
| **Componente 2: Efetividade Policial** |  | | |  | | | | | |
| * 1. Formação de policiais que atuarão nos serviços de polícia comunitárias nas comunidades do Programa (POA, Viamão, Alvorada) | Número | 0 | 300 | 300 | 300 | 300 | 300 | 1500 | SSP-RS e OP-SJDH |
| * 1. Sistema de gestão integrada da policia nos territórios tomando em conta a análises criminológica. | Sistema | 0 |  | 1 |  |  |  | 1 | SSP-RS e OP-SJDH |
| * 1. Bases comunitárias integradas com a Policia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e Conselhos Comunitários | Bases | 0 | 2 | 4 |  |  |  | 6 | SSP-RS e OP-SJDH |
| * 1. Certificação do adequado funcionamento do controle interno da polícia nos territórios do Programa | Certificação | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 10 | UNODC e OP-SJDH |
| **Componente 3: Modernização do Processo de Ressocialização** |  | | |  | | | | | |
| * 1. Construção e implementação de novos centros socioeducativos e a reforma do centro para capacitação em Padre Cacique em POA | Centros | 23 | 1 | 2 | 1 |  |  | 27 | FASE e OP-SJDH |
| * 1. Sistema de planejamento estratégico e de gestão administrativa, de orçamento e financeira integrada em função de resultados. | Sistema | 0 |  | 1 |  |  |  | 1 | FASE e OP-SJDH |
| * 1. Formação de servidores da FASE em lacunas de conhecimento e competências necessárias para a elaboração e implementação dos PIAs. | Servidores | 0 | 300 | 300 | 300 | 300 |  | 1200 | FASE e OP-SJDH |
| * 1. Processos de atenção e monitoramento do progresso individual dos adolescentes fortalecido desde o desenho e implementação dos PIAs, os Planos Coletivos, a vinculação com as famílias e as comunidades, a avaliação do progresso dos adolescentes e o acompanhamento aos que se graduaram do sistema FASE. | Processo | 0 |  | 1 |  |  |  | 1 | FASE e OP-SJDH |
| * 1. Sistemas de vídeo-monitoramento nas Unidades da FASE | Sistema | 0 |  | 1 |  |  |  | 1 | FASE e OP-SJDH |
| **Componente 4: Fortalecimento Institucional** |  | | |  | | | | | |
| * 1. Planos Estratégicos e Operacionais Integrados para a prevenção e controle do crime violento nos territórios | Planos | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6 | OP-SJDH |
| * 1. Sistema de gestão de processos e monitoramento das atividades e produtos do Programa | Sistema | 0 | 1 |  |  |  |  | 1 | OP-SJDH |
| * 1. Sistema de seguimento dos serviços de proteção aos direitos dos jovens, através da implementação de uma central de denuncias. | Sistema | 0 | 1 |  |  |  |  | 1 | OP-SJDH |
| * 1. Seminários de articulação, coordenação, informação e consulta entre as entidades participantes no Programa. | Seminários | 0 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 20 | OP-SJDH |

# Apendice A

# Dimensões a serem consideradas nas Pesquisas de Vitimização:

**Changes in behavior** An important dimension to be measured is the effectiveness of the project in changing the risk perceptions and constrains facing the communities and individuals who are benefiting from project. Often victimization surveys seek to measure perceptions. However, these are not adequate indicators, since perceptions are often only weakly comparable across communities and households. On the other hand, this section seeks to measure revealed behavior associated with the impacts of the projects. These are more robust indicators and more likely comparable across the samples analyzed.

* 1. Out of fear for your safety, in the last year have you avoided any of the following Activities?
  2. Going out at night
* Using jewelry
* Visiting relatives or friends
* Taking a taxi on the street
* Using public transportation
* Talking on your cell phone on the street
* Using an automatic teller machine (ATM)
* Using public transportation or mini-buses alone after dark
  1. In the past 12 months, have you ever done any of the following things to protect yourself or your property from crime or violence?
* Have you installed new locks at home to protect yourself?
* Have you installed security bars (on your windows or doors)?
* Have you installed a security fence around your property?
* Have you installed burglar alarms, motion detectors or some other kind of security system?
* Have you taken a self-defense course to protect yourself from crime?
* Have you obtained a guard dog to protect yourself from crime?
* Have you obtained a gun?
* Have you carried a gun in public?
* Have you carried another type of weapon – like a knife or pepper spray
* Have you moved or changed your address to protect yourself from crime?
* Have you stayed away from your own neighborhood to protect yourself from crime?
* Have you or your family ever hired a security guard to protect your home or business?
  1. Cuáles de las siguientes formas de prevención existen en su barrio y qué grado de efectividad tienen:
* Entre todos vigilan
* Se contrata vigilancia privada
* Se cofinancian los gastos d policía
* Se tiene un frente de seguridad
* Se tiene alarma comunitaria
* Se mantiene el alumbrado público
  1. En su hogar, cuáles de las siguientes formas de prevención contra la inseguridad existen y qué grado de efectividad tienen:
* Alarmas
* Rejas
* Perro
* Vigilante
* Trancas
* Sensores de movimiento
* Cerraduras de seguridad
* Regulador de tiempo para luces
* Cámaras de vigilancia
  1. En los últimos 12 meses, cuánto dinero le costó mensualmente a su hogar la forma de prevención usada?
  2. En los últimos 12 meses, ¿cambiaron o implementaron nuevas formas de prevención en este hogar?

**Police Reporting:** Often the internal data systems of the Police Departments provide a variety of indicators based on data collected by the crime reported systems. The weaknesses of these statistics are that, as often recognized, not all crime incidents are reported to the Police. In situations when the likelihood of receiving redresses after reporting the crime is low, there are significant incentives for victims of crimes not them. Crimes statistics would be then significantly under-estimated. A significant policy area concerns efforts to make it more likely that all crimes are reported, and this is in particular is one of the purposes of the Community Policing component of the current project. The questions below seek to quantify the actual victimization statistics and identify the factors associated with the dregree of under-reporting of crimes.

* 1. Did you report the crime to the police?
  2. Why didn´t you report it?
* No proof
* Fear of retaliation
* Too many procedures
* Lack of confidence in the police
* Lack of confidence in the justice system
* A waste of time
* Did not know where to report it
  1. Do you know what happened with the perpetrator (person who committed the crime)?
  2. What happened with him or her regarding the law?
* They never discovered the perpetrator
* They discovered the perpetrator but didn´t catch him
* They caught the perpetrator but set him/her free
* They caught the perpetrator and he/she is in jail
  1. ¿Denunció el delito o contravención?
  2. Cuál fue la razón principal por la que usted no denunció el delito o contravención:
* No sabía cómo o dónde denunciar
* Lo amenazaban si lo hacía
* Las autoridades no hacen nada
* Un familiar o amigo estuvo entre los agresores
* El o los ofensores pertenecía a la policía, ejército o entidad del Estado
* El o los ofensores pertenecían a la milicia urbana, paramilitarismo, guerrilla o banda
* Los ofensores se podían enterar de la denuncia
* Acordó condiciones con los agresores
* Antes había denunciado y no pasó nada
  1. Ante qué autoridad u organismo denunció usted el delito o contravención?
  2. A cuántas entidades tuvo que acudir usted antes que le recibieran la denuncia por el delito o contravención?
  3. ¿Qué efectos tuvo la denuncia?
* Le retribuyeron lo perdido o recibió indemnización por los daños
* Tuvo contrademanda
* Citaron para ampliar denuncia o atestiguar en procedimiento judicial
* Los agresores fueron castigados
* Mejoran condiciones de seguridad en la zona
* Ninguno
  1. ¿A cuántas entidades tuvo que acudir usted antes que le dieran una respuesta efectiva?
  2. Cuál fue la razón por la que usted denunció el delito o contravención:
* Obligación ciudadana
* Castigar al ofensor
* Recuperar lo perdido
* Buscar protección
* Evitar que pase de nuevo
* Como un requisito
* Venía pagando y decidió no pagar más
  1. Cuándo denunció usted el delito o contravención:
* Entendió los trámites que estaba haciendo
* Le comentaron de otras opciones legales que podía usar
* Le hicieron alguna recomendación para evitar ser víctima nuevamente
  1. Durante la denuncia, la atención que le dieron a usted, fue:
* Amable
* Hostil / agresiva
* Fría / indiferente
* Lo hicieron sentir culpable
  1. Después de haber denunciado, usted se sintió:
* Más seguro
* Menos seguro
* Igual

# APENDICE B

# Dimensões a serem consideradas na avaliação dos participantes nas consultas comunitárias:

* 1. Survey *citizen participants* who had attended a certain number of meetings to assess change (or strength of perception or variation between a control and treatment group) in variables such as:
* Knowledge of individual strategies to stay safe on the streets (or to keep home and property safe from crime).
* Knowledge of collective action strategies to prevent crime.
* Perception that working with police will make neighborhood a safer place to live.
* Perception that working with other community members will make neighborhood a safer place to live.
* Knowledge of how to work with the police to solve crime problems in neighborhood.
* Knowledge of where to find information about crime in neighborhood.
* Knowledge of community police officer(s’) name and how he can be reached.
* Willingness to call the community police officer(s) in the future if: witness to a crime; victim of a crime; have a crime tip.
* Willingness to recommend that a family member or friend call the community police officer if: witness to a crime; victim of a crime; have a crime tip.
* Willingness to call general/emergency number for the police if: witness to a crime; victim of a crime; have a crime tip.
* Knowledge of the police complaints process.
* Perception of courteousness of the police.
* Perception of police openness to input and suggestions from residents.
* Perception of police willingness to work with residents to solve local problems.
* Perception of police fairness to all residents.
* Perception of police communication skills.
* Perception of police effectiveness in solving neighborhood problems.
* Perception of police follow-through on their commitments.
* Overall satisfaction with the way the police acted at the meeting.
  1. Survey *police officers* who had participated in the community-police meetings to assess:
* Police willingness to work in partnership with other stakeholders.
* If police knowledge of community priorities had changed.
* If community priorities fed into the priorities listed in a local or community policing plan.
* If community priorities were communicated to supervisors.
* If police allocation of resources to the community changed.
* Extent to which community engagement is an organizational priority.
  1. One could also perform documentary analysis to assess:
* If community concerns were recorded.
* If community priorities factored into a local or community policing plan.
* Extent to which non-police related community concerns were appropriately channeled to other agencies.

1. Os gerentes de produto são os oficiais de linha da SJDH-RS e da SSP-RS responsáveis ​​pelas diferentes atividades de seus respectivos componentes [↑](#footnote-ref-1)